



**V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERROTÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL: Formação Profissional do/a Assistente Social)

## **A formação em Serviço Social em Portugal Pós-Bolonha**

Kathiuscia Aparecida Freitas Pereira Coelho<sup>1</sup>

Ariane Salvadori dos Santos<sup>2</sup>

Daniela Godoy de Castro<sup>3</sup>

Nicole Rocha dos Santos<sup>4</sup>

Raiane Alves Felix Nogueira das Dores<sup>5</sup>

**Resumo:** O presente artigo, apresenta resultados parciais de projeto de pesquisa. Aborda a trajetória sócio-histórica da formação profissional em Serviço Social em Portugal, da institucionalização à contemporaneidade, destacando as características dos cursos pós-processo de Bolonha. Os procedimentos metodológicos utilizados foram pesquisa documental e revisão bibliográfica. A partir da análise de Planos de Estudos de cursos de Serviço Social em Portugal, constatou-se que a formação profissional na contemporaneidade está inclinada à Europa e as exigências de Bolonha. Apesar da variação de conteúdos que compõem os Planos de Estudo, possuem características comuns.

**Palavras-chave:** Serviço Social, Formação profissional; Processo de Bolonha.

**Abstract:** This article presents partial results of the research project. It addresses the social-historical trajectory of professional training in Social Work in Portugal, from institutionalization to contemporary times, highlighting the characteristics of post-Bologna process courses. The methodological procedures used were documental research and bibliographic review. From the analysis of the Study Plans for Social Work courses in Portugal, it was found that professional training in contemporary times inclined towards Europe and requirements of Bologna. Despite the variation in content that makes up the Study Plans, they have common characteristics.

**Keywords:** Social Work; professional training; Bologna Process.

---

<sup>1</sup> Assistente social. Doutora em Serviço Social e Política Social pela universidade Estadual de Londrina. Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina, e-mail: [kathiuscia@uel.br](mailto:kathiuscia@uel.br).

<sup>2</sup> Graduanda em Serviço Social da Universidade estadual de Londrina. Membro do Grupo de Pesquisa "Fundamentos Históricos e Teóricos do Serviço Social em Portugal da mesma universidade. Email: [ariane.salvadori@uel.br](mailto:ariane.salvadori@uel.br)

<sup>3</sup> Graduanda em Serviço Social da Universidade estadual de Londrina. Membro do Grupo de Pesquisa "Fundamentos Históricos e Teóricos do Serviço Social em Portugal da mesma universidade. Email: [daniela.godoy.castro@uel.br](mailto:daniela.godoy.castro@uel.br)

<sup>4</sup> Graduanda em Serviço Social da Universidade estadual de Londrina. Membro do Grupo de Pesquisa "Fundamentos Históricos e Teóricos do Serviço Social em Portugal da mesma universidade. Email: [nicole.rocha.santos@uel.br](mailto:nicole.rocha.santos@uel.br)

<sup>5</sup> Graduanda em Serviço Social da Universidade estadual de Londrina. Membro do Grupo de Pesquisa "Fundamentos Históricos e Teóricos do Serviço Social em Portugal da mesma universidade. Email: [raiane.alves.felix@uel.br](mailto:raiane.alves.felix@uel.br)



## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto do resultado das atividades realizadas durante projeto de pesquisa ainda em andamento, projeto este que se configura como parte de “um projeto de pesquisa” maior que analisa a formação em Serviço Social em países europeus. O Serviço Social em Portugal experimentou uma trajetória de profunda transformação ao longo do século XX e início do século XXI, marcada pela institucionalização da profissão, adaptações às mudanças políticas e socioeconômicas e, mais recentemente, pela reestruturação da formação acadêmica no âmbito do Processo de Bolonha. Este percurso reflete não apenas as especificidades do contexto português, com suas particularidades históricas e políticas, mas também tendências globais no campo da educação superior e da prática do Serviço Social.

Este artigo discute inicialmente, a influência do Estado Novo na institucionalização do Serviço Social, caracterizada por uma abordagem conservadora alinhada aos valores da ditadura, distinta do Estado Social predominante na Europa. Contudo, durante a crise do governo de Salazar, observamos uma transformação no cenário, quando a necessidade de manter a força de trabalho para a indústria direcionou os esforços da profissão.

Após a Revolução de 25 de abril de 1974, Portugal adotou uma nova Constituição, marcando uma era de mudanças significativas. Neste período, observa-se a incorporação de novas abordagens profissionais no âmbito do Serviço Social, impulsionadas pelo Movimento de Reconceitualização da América Latina. Este movimento fomentou uma perspectiva mais crítica e alinhada aos interesses da classe trabalhadora, reconfigurando o papel do Serviço Social como um catalisador de mudanças institucionais.

Prosseguindo, discutimos o Serviço Social na contemporaneidade e os obstáculos que o Serviço Social em Portugal enfrenta em meio ao Processo de Bolonha, sublinhando as mudanças significativas no ensino superior e os impactos da orientação neoliberal sobre a educação. A integração de Portugal a este processo e as reformas educativas subsequentes evidenciam não somente um esforço de alinhamento com padrões europeus, mas também uma reestruturação das políticas educacionais, transformando a educação em um bem de mercado.

Neste sentido, o estudo que ora se apresenta, demonstra, a partir da análise dos Planos de Estudos de 4 cursos de Serviço Social português, questões que denotam os impactos do Processo de Bolonha na formação profissional de assistentes sociais portugueses, bem como caracteriza aspectos que conformam a formação em Serviço Social neste país.



## 2 A TRAJETÓRIA DA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL EM PORTUGAL

Ao considerar o início da institucionalização do Serviço Social em Portugal, temos como marco de referência histórica a Segunda Guerra Mundial e a construção do Estado novo (1933-1945), sob governo de Salazar, com o lema “Deus, Pátria e Família”, sendo o Estado uma grande ferramenta em favor do capitalismo monopolista. Esse contexto causa no Serviço Social um caráter distinto do restante da Europa. As ações filantrópicas, caritativas e vindas da Igreja eram a principal alternativa para tratar das expressões da questão social. O marco do processo de institucionalização da profissão foi a criação de escolas de Serviço Social no país, de caráter privado, como o Instituto em Serviço Social de Lisboa em 1935 e Escola Normal Social de Coimbra no ano de 1937.

Se durante o governo de Salazar a profissão tinha um aspecto ideológico, conservador e reprodutor dos valores da ditadura vigente, servindo como instrumento de alinhamento moral para a população atingida pela desigualdade ou de famílias operárias, durante a crise desse mesmo governo, seus esforços são redirecionados para manter a força de trabalho para a indústria, exigindo uma mudança no currículo do curso. Com a mudança de currículo em 1956, o curso se aproximou de visão desenvolvimentista e influenciada pela teoria norte-americana, com destaque para incorporação de disciplinas como caso, grupo e comunidade.

No cenário de enfraquecimento da ditadura portuguesa, no governo de Marcelo Caetano (1968-1974), permanece a lógica do desenvolvimentismo, surgindo uma necessidade de maior qualificação dos assistentes sociais para lidar com planejamento e coordenação de serviços sociais. Neste período surgem cursos complementares com a duração de dois anos. Destacamos que alguns professores desses cursos eram assistentes sociais brasileiros, caracterizando uma aproximação do Serviço Social latino-americano, mesmo que incipiente (MARTINS, 2008).

Com a Revolução de 25 de abril de 1974, a própria profissão começou a se abrir à novos projetos profissionais, alterando também a formação profissional. A essa altura, o Serviço Social português foi influenciado pelo Movimento de Reconceituação Latino-americano, por meio do acesso a publicações da América Latina e pelo contato com assistentes sociais brasileiro, que estavam em Portugal em decorrência do exílio da ditadura brasileira. O assistente social passa a ser visto como “profissional comprometido com os interesses das classes excluídas e agente de mudança institucional” (Branco, 2009, p. 64) adquirindo influências marxistas e latino-americanas.

Com o final do século XX, início do século XXI, o Serviço Social em Portugal apresentou um grande salto qualitativo em relação à formação profissional, principalmente a



partir de 1989 quando foi reconhecido o grau de licenciatura<sup>6</sup> da profissão, expandindo o crescimento de ofertas de cursos de licenciatura de Serviço Social no país. Foi fundamental para esse reconhecimento a interlocução entre o Serviço Social português e o brasileiro, através do protocolo de iniciação científica entre o ISSSL – Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa e a PUC – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Neste período, há uma significativa aproximação do Serviço social dos dois países, constituindo uma “geração” de assistentes sociais pós-graduados com apoio do Serviço Social brasileiro<sup>7</sup>.

Durante a década de 1990, os cursos de Serviço Social em Portugal se proliferaram inicialmente no setor privado sendo só a partir de 2000 no ensino público, surgindo já em um contexto de privatização do ensino superior. No entanto, conforme a profissão foi ganhando destaque, não se apresentou qualquer processo de regulação sobre as normativas da formação profissional, não contendo entidades que regulamentam o ensino do Serviço Social ou 006Desmo a profissão, como é o caso das Diretrizes Curriculares e os conselhos de classe no Brasil.

O século XX foi marcado pela inclinação de Portugal à Europa, com a entrada do país na União Europeia e, no caso do ensino superior, as adequações às exigências ao Processo de Bolonha. Com as adequações à Bolonha, o ensino superior busca uma harmonização dos graus e diplomas dos cursos, com vista a se aproximar cada vez mais da perspectiva dos países europeus, a formação profissional passa a se constituir por uma lógica mercantilista, em uma visão de desvalorização, precarização da formação e adaptação aos desejos do mercado; “tornou-se permeável a concepções de um perfil profissional mais tecnicista, em detrimento dum mais crítico, com maior solidez e qualidade, fragilizando ou mesmo fazendo regredir os avanços já conquistados” (MARTINS, 2008, p. 39).

Em 2011, a A3ES (Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior) em uma tentativa de verificar a qualidade de desempenho das instituições de ensino superior, cria a Comissão Externa de Avaliação (CAE), no qual é formado por uma equipe de profissionais do Serviço Social sendo que a partir desse momento não contendo em sua comissão profissionais brasileiros, o que se ocorria anteriormente. Afirmando mais uma vez uma aproximação à perspectiva europeia se distanciando da visão da profissão crítica brasileira.

O sistema de avaliação da A3ES se assemelha com a avaliação realizada pelo MEC no Brasil, ao contrário do Brasil que possui Diretrizes Curriculares que são aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação que orienta cada área específica, contemplando os

---

<sup>6</sup> Em Portugal, a licenciatura é o grau máximo de formação no âmbito do primeiro ciclo, ou seja, na graduação. Um curso é reconhecido como curso superior universitário apenas se for certificado como licenciatura. Os cursos bacharelés não são considerados cursos universitários, mas cursos técnicos.

<sup>7</sup> Para maiores informações ver: COELHO; Kathiuscia Aparecida Freitas Pereira; GUEDES, Olegna de Souza. O legado da cooperação científica entre o curso de Serviço Social da PUC-SP e escolas portuguesas. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 142, p. 549-567, set/dez, 2021



conteúdos mínimos a serem abordados, em Portugal não há diretrizes curriculares que sustente a necessidade dos conteúdos obrigatórios para construção do perfil profissional, e nenhum documento formal que explicita os critérios de avaliação do curso, sendo apenas parâmetros estabelecidos pelos membros do CAE. De acordo com Duarte (2009):

Todo o processo de crescimento, desenvolvimento e qualidade da formação em Serviço Social foi iniciado pelo ensino particular universitário e posteriormente pelo ensino público. No entanto, a par deste processo de afirmação observa-se, igualmente no contexto atual, alguns riscos da sua vulnerabilização, designadamente a ausência de formas elementares de regulação da formação, uma vez que toda esta trajetória incluindo a adequação ao Processo de Bolonha foi realizada sem regulamentação (DUARTE, 2009, p.143).

Sendo assim, com a inexistência de parâmetros e diretrizes obrigatórias para os cursos, as instituições possuem autonomia em relação aos conteúdos que serão ofertados nos currículos, apresentando diversidade na construção dos Planos de Estudo<sup>8</sup> e as variedades de conteúdos estudados de uma instituição para outra.

## **2.1 O Processo de Bolonha em Portugal**

A crise resultante do colapso do modelo fordista-keynesiano de produção forçou o capital a embarcar em uma nova fase de transnacionalização, levando ao que agora chamamos de capitalismo contemporâneo (NETTO e BRAZ, 2008). Os impactos dessa reestruturação, juntamente com as forças da globalização - ambos impregnados por ideais neoliberais - deram origem a uma nova trajetória para os processos econômicos, políticos e culturais. Neste contexto, os organismos internacionais, influenciados pelo capital e, entendendo a educação enquanto elemento basilar para a produtividade, empregabilidade e competitividade das economias, orientam para uma série de reformas educacionais

Deste modo, a ênfase é colocada na expansão do alcance do ensino superior, concebendo-o como uma pirâmide de oportunidades hierarquizadas. Esta abordagem é fortemente influenciada pela análise econômica e pela teoria empresarial, propondo a criação de um sistema de ensino superior unificado que diluiria as linhas entre o setor público e privado e atenderia diretamente às demandas do mercado. Assim, estaria a encargo da educação superior cultivar as competências modernas necessárias para o trabalho em uma escala global, transcendendo fronteiras e fomentando o desenvolvimento, principalmente em países considerados à margem do capital (COELHO, 2018).

---

<sup>8</sup> Planos de Estudos em Portugal refere-se aos Projetos Pedagógicos do curso e a matriz curricular no Brasil.



Desde meados do século XX, a Europa tem empreendido esforços para forjar uma identidade própria e adentrar como potência nas relações do capital, iniciando seus esforços com a criação de instituições como a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) em 1951 (correção do ano de fundação) e a Comunidade Econômica Europeia (CEE) em 1957 que, posteriormente, desempenharam papéis cruciais no caminho para a formação da atual União Europeia em 1993. Um marco que facilitou o desenvolvimento e a implementação de políticas em várias áreas, com destaque para a educação superior. Posto isso, no final dos anos 1990, a Declaração de Sorbonne abriu portas para a criação do Espaço Europeu do Ensino Superior com o objetivo de estabelecer uma "Europa do Conhecimento", impulsionando a internacionalização da educação na no país (MEIRELLES, 2016).

Em 1999, a Declaração de Bolonha, assinada por 29 países, validou esse projeto visando principalmente padronizar o sistema de créditos para o ensino superior. Essa, alinhada às diretrizes do Banco Mundial e da UNESCO, se constitui enquanto marco na reforma do ensino superior na europa, com o objetivo preparar os trabalhadores para um mercado em constante mudança através de cursos curtos; eliminação dos obstáculos da mobilidade de estudantes, professores e diplomados e a utilização de tecnologias da informação e uniformização dos currículos, transformando radicalmente o ensino superior na Europa. Atualmente, o Protocolo de Bolonha conta com a adesão de 48 países, que se comprometem com metas baseadas em recomendações. Tais, incluem a implementação de um sistema de três níveis de ensino (graduação, mestrado e doutorado), o reforço dos mecanismos de garantia da qualidade e a facilitação do reconhecimento de diplomas e qualificações.

Portugal também tornou-se um dos signatários da Declaração de Bolonha. Contudo, a adaptação ao Processo de Bolonha só ocorreu a partir de 2005, com a Lei n.º 49/2005, que introduziu o Sistema Europeu de Transferência e Acumulação de Créditos (ECTS), além de mecanismos de mobilidade e o suplemento ao diploma. Com isso, o ensino superior foi reorganizado em três ciclos de estudo, que correspondem aos graus de licenciatura, mestrado e doutorado. Esta nova estrutura entrou em vigor em 2006 e começou a ser aplicada em Portugal no ano letivo de 2009/2010. No entanto, a fase de implementação enfrentou vários desafios e, para superar essas dificuldades e assegurar a qualidade da formação alinhada com os princípios do Processo de Bolonha, o governo português instituiu, em 2007, através do Decreto-Lei n.º 369/2007, a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior. Órgão esse encarregado da acreditação e avaliação dos cursos superiores em Portugal.

O Processo de Bolonha representa um exemplo notável de como os serviços que eram tradicionalmente fornecidos pelo Estado estão sendo reconfigurados sob a égide de entidades supranacionais, destacando o papel central dos organismos internacionais. A orientação neoliberal do ensino superior, que direciona e motiva as políticas educacionais da



União Europeia, contribuiu para transformar a educação em uma mercadoria. A partir da Declaração de Bolonha, o papel dos Estados nacionais sofreu uma alteração significativa onde o Estado deixou de ser o principal responsável por promover o ensino superior, e o mercado assumiu um papel de protagonista, sob o argumento de assegurar a qualidade do mesmo. Nesse contexto, além da regulação por parte dos governos federais ser minimizada, destacando uma abordagem mais descentralizada na gestão da educação superior, há um movimento de responsabilização do próprio estudante por sua empregabilidade.

## 2.2 Breve caracterização da formação profissional em Portugal pós processo de Bolonha

Atualmente Portugal possui 17 (dezesete) cursos de licenciatura em Serviço Social, 6 (seis) ofertados em instituições públicas e 11 (onze) em instituições privadas. Dos 17 (dezesete) cursos, 12 (doze) localizam-se em universidades ou institutos universitários e 5 (cinco) encontram-se em institutos politécnicos. Existem ainda 11 (onze) programas de pós-graduação, nível de mestrado, e 3 (três) programas de pós-graduação de doutoramento.

No intuito de identificar aspectos da formação em serviço social pós adequação das escolas ao Processo de Bolonha, este trabalho analisou os Planos de Estudos de 4 cursos de Serviço Social deste país. A escolha se deu de forma aleatória, mas que possibilitasse contemplar cursos de diferentes regiões do país, de diferentes tipos de ensino (universidade e institutos politécnicos), diferentes natureza intitucional (pública e privada) e que fossem ofertados nos regimes diurno e/ou pós-laboral<sup>9</sup>. O levantamento de dados foi realizado como parte das atividades do projeto de pesquisa realizadas durante o ano de 2023, por meio de pesquisa em sites das instituições. As escolas serão nomeadas como “escola A, B, C e D”, de forma a preservar a identidade dos cursos. O objetivo não é realizar análises individuais, mas levantar aspectos que conformam a formação em Serviço Social no país, a partir da referida amostra, a qual representa 23% do universo total, que segue expressa no quadro abaixo:

### Quadro 1 – Caracterização das escolas

INSTITUIÇÃO	NATUREZA	TIPO DE ENSINO	DURAÇÃO DO CURSO	REGIME – DIURNO OU PÓS-LABORAL
ESCOLA A	Privada	Universidade	3,5 anos	Diurno e Pós-laboral
ESCOLA B	Pública	Universidade	3,5 anos	Diurno
ESCOLA C	Privada	Universidade	3 anos	Diurno

<sup>9</sup> Pós-laboral: curso ofertado em período noturno.



<b>ESCOLA D</b>	Privado	Instituto Politécnico	3 anos	Diurno
-----------------	---------	-----------------------	--------	--------

Conforme expressa o quadro acima, uma das características da formação em Serviço Social em Portugal pós-Bolonha é a diminuição do tempo dos cursos. As orientações de Bolonha eram para que os cursos do 1º. e 2º. Ciclos somassem cinco anos, o que na prática resultou na transformação da formação inicial, da licenciatura recém-reconhecida (1989) em licenciatura e mestrado. Os cinco anos, que antes eram exigidos para a licenciatura, agora englobavam também o mestrado. A licenciatura foi reduzida para três anos ou três anos e meio. (COELHO, 2018).

Em relação aos conteúdos que compõem os Planos de estudos das referidas escolas, delimitamos para análise as disciplinas obrigatórias específicas e gerais. Essa caracterização como específicas e gerais é feita pela própria escola em seus Planos de estudos e publicadas em documentos oficiais. Também restringimos a análise às disciplinas obrigatórias portanto, a carga-horária expressa, bem como conteúdos mencionados não contemplam as disciplinas optativas. Neste universo, buscamos levantar aspectos referentes: 1. Distribuição de disciplinas gerais e específicas; 2. Carga-horária do estágio; 3. Aspectos gerais dos conteúdos que constituem os currículos dessas escolas. No que tange o item 1 e 2 o quadro abaixo demonstra:

**Quadro 2 – Relação disciplinas específicas do Serviço Social e disciplinas gerais**

Escola	Disciplinas específicas do Serviço social	CH (créditos)	%	Disciplinas Gerais	CH (créditos)	%	CH total do curso (créditos) disciplinas obrigatórias
<b>ESCOLA A</b>	21	146 (101 + 45 estágio)	73%	12	55	27%	201
<b>ESCOLA B</b>	15	111 (84 + 27 estágio)	55%	15	90	45%	201
<b>ESCOLA C</b>	19	119 (69 – 50 estágio)	71%	11	49	29%	168
<b>ESCOLA D</b>	14	113 (61 + 52 estágio)	68%	12	52	32%	165

Os dados acima demonstrados no quadro evidenciam que na composição dos conteúdos dos Planos de Estudos, as disciplinas específicas do Serviço Social representam a maioria dos conteúdos, constituindo em média de 55% à 73% do total. No entanto, quando retirada a carga-horária do estágio, os conteúdos das disciplinas específicas giram em torno da metade dos conteúdos necessários à formação.



Logo, a carga-horária atribuída ao estágio representa em média de 13% à 32% da carga horária do curso, sendo: 22% na escola A, 13% na escola B, 30% e 32% respectivamente na escola C e D. Quando analisamos o percentual do estágio em relação aos conteúdos específicos do Serviço Social, esta média sobe para 24% à 46%, sendo: 31% na escola A, 24% na escola B, 42% na escola C e, com o maior índice, 46% da carga-horária de estágio em relação as disciplinas específicas na escola D. É importante mencionar que, assim como já foi citado, não há regulamentações que estipulem conteúdos mínimos para a formação em Serviço Social, da mesma forma, não há normativas específicas que direcionem o estágio supervisionado e Serviço Social em Portugal.

No que diz respeito aos conteúdos que compõem os Planos de estudos dessas escolas, apesar de não existir uma normativa que regule a formação em Portugal, como as Diretrizes Curriculares no Brasil, as escolas têm conteúdos que apresentam certa similitude. Em relação as disciplinas específicas, as 4 escolas apresentam disciplinas que versam sobre o debate da teoria, da metodologia/intervenção, da política social e da ética. Esses conteúdos aparecem em disciplinas com nomenclaturas distintas mas que buscam discutir esses conteúdos. No caso das disciplinas gerais, da mesma forma, as escolas apresentam alguns conteúdos comuns, como: disciplinas que tratam das áreas da psicologia, sociologia, direito, metodologia científica e economia. Da mesma maneira, o tratamento destes conteúdos se faz em disciplinas com nomenclaturas distintas.

Não estamos afirmando que a formação em Serviço Social possua um projeto, ou mesmo um direcionamento a partir de conteúdos padrão. Ao contrário, corroboramos as análises de Santos (2016), a qual afirma:

Alguns docentes avaliam que a frágil organização da categoria em Portugal dificulta um movimento mais coletivo em torno de um projeto de profissão. As licenciaturas estão isoladas, cada qual com seu plano de estudo. A falta de um currículo mínimo ou de diretrizes curriculares contribui, também, para esse isolamento. Soma-se a isso a cultura profissional que vem valorizando o eclecismo na formação e no exercício profissional (p. 329).

No entanto, este estudo buscou identificar aspectos comuns aos Planos de Estudos das referidas escolas, mesmo que estes conteúdos sejam tratados de formas distintas em suas Fichas de Unidades Curriculares – FUCs<sup>10</sup> e que não tenham expressão em relação ao montante das demais disciplinas, como é o caso da disciplina de ética, que apesar de aparecer nos Planos de Estudos das 4 escolas, aparece uma única vez em cada escola com uma carga-horária de 5 créditos.

---

<sup>10</sup> Outro estudo em desenvolvimento na pesquisa busca analisar os conteúdos das disciplinas organizados em suas FUCs – Fichas de Unidades Curriculares (programas das disciplinas, no Brasil), a partir do objetivo, conteúdo programático, competências e referências bibliográficas.



A diversidade de propostas formativas não parece resultar tanto da afirmação de projetos concorrenciais de formação, em termos de concepção e perfis profissionais, mas de lógicas contingenciais associadas à constituição do mercado de ensino superior e à crise de financiamento do ensino superior público. Esta diversidade tão significativa, na ausência de tradição e *now how* das novas escolas de formação de assistentes sociais em Portugal, constitui o campo do ensino em Serviço Social em Portugal, ao nível do 1º. Ciclo, como um domínio atravessado por fragilidades e riscos quanto à qualidade da formação assegurada a exigir atenção e regulamentação básica (BRANCO, 2009, p. 73).

Outra característica presente na formação profissional é a busca pela capacitação acerca da intervenção profissional. Os quatro cursos em questão possuem disciplinas de metodologia da intervenção, além de disciplinas relacionadas à prática profissional e a intervenção profissional junto á segmentos específicos, como: crianças, idoso, famílias, etc. Nas análises de Martins, o que se percebe é que, a partir de Bolonha, a formação em Serviço Social cedeu às exigências do mercado; “tornou-se permeável a concepções de um perfil profissional mais tecnicista, em detrimento dum mais crítico, com maior solidez e qualidade, fragilizando ou mesmo fazendo regredir os avanços já conquistados” (MARTINS, 2008, p. 39).

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos elementos apresentados compreendemos que a trajetória da formação em Serviço Social sofreu mudanças significativas. Tendo sua genese atrelado ao Estado Novo e a base conservadora pode ser questionada durante os anos que seguiram a Revolução dos Cravos de 1974 e, em especial, a partir da aproximação do Serviço Social português e o brasileiro, por meio dos intercâmbios de cooperação científica.

No entanto, o cenário do século XXI e as transformações sociais, economicas e políticas em Portugal direcionaram o Serviço social português à inclinação à Europa. As adequações realizadas na formação profissional, para atender as exigências Pós-Bolonha representaram um retrocesso e a precarização da formação profissional em Serviço Social neste país.

Ao analisarmos brevemente aspectos dessa formação por meio da amostra aqui apresentada, percebemos que os cursos atendem aos ditames de Bolonha. Segue sua recomendação no que tange ao formato dos cursos, duração e carga-horária, bem como ao direcionamento de conteúdos que venham a responder as demandas impostas pelo mercado.

### 4 REFERÊNCIAS

BOLONHA. **Declaração de Bolonha**. 1999. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-n%C3%A3o-Inseridos-nas-Delibera%C3%A7%C3%B5es-da-ONU/declaracao-de-bolonha-1999.html>>. Acesso em: 3 out. 2018.



BRANCO, Francisco. A profissão de assistente social em Portugal. **Revista Locus Soci@I**, Lisboa, n. 3, 2009.

COELHO, Kathiuscia Aparecida Freitas Pereira. **A Formação Profissional em Serviço Social no Brasil e em Portugal: encontros e desencontros**. Tese (Doutorado em Serviço Social e Política Social) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018. (Texto cedido pela autora).

COELHO; Kathiuscia Aparecida Freitas Pereira; GUEDES, Olegna de Souza. O legado da cooperação científica entre o curso de Serviço Social da PUC-SP e escolas portuguesas. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 142, p. 549-567, set/dez, 2021

DUARTE, Telma Rosaria Freitas. **Formação de 1º ciclo em serviço social após adequação ao Processo de Bolonha**. 2009. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Instituto Superior Miguel Torga, Coimbra, 2009.

MARTINS, Alcina. Investigação em serviço social no Portugal contemporâneo: paradoxos e desafios. **Revista Locus Soci@I**, Lisboa, n. 1, 2008.

MARTINS, Alcina. **O Processo de Bolonha e a formação em serviço social: questões e problemas**. In: DIA MUNDIAL DO ASSISTENTE SOCIAL, 2007, Matosinhos. **Anais...** Matosinhos: APSS/AIDSS, 2007. Disponível em: <<http://www.cpihts.com/PDF02/O%20Processo%20de%20Bolonha.pdf>>. Acesso em: 10 de mar. 2024.

MEIRELLES, Catharina Marinho. **Reformas no ensino superior: a regulação dos docentes das universidades públicas de Portugal**. 2016. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica do Serviço Social).